

A large yellow silhouette of a house with a chimney on the left side, serving as a background for the title.

DIREITO À MORADIA ADEQUADA

CLÍNICA DE DIREITOS
HUMANOS



The logo for UNICEUB consists of a stylized circular emblem with a horizontal line through the center, resembling a bridge or a stylized 'U'.**UNICEUB**
EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Direito à moradia adequada / Sabrina Durigon Marques ; Ludmila de Araujo Correia, coordenadoras. – Brasília : UniCEUB ; Clínica de direitos humanos ; Morada de Luz, 2020.
22 p.

ISBN 978-65-87823-12-6

1. Direito à moradia. I. Sabrina Durigon. II. Ludmila de Araujo Correia. III. Centro Universitário de Brasília. IV. Título

CDU 347.171

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

FICHA TÉCNICA

Coordenadoras de curso:

Direito - Professora Dulce Donaire de Mello

Arquitetura e Urbanismo: Professora Ana Paula Borba Gonçalves Barros

Coordenadora de Extensão:

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho

Projetos de Extensão:

Clínica de Direitos Humanos - Coordenação Professora Aline Albuquerque

Eixo de Direito à Moradia - Professora Sabrina Durigon Marques

Morada de Luz: Habitação de Interesse Social - Professora Ludmila de Araujo Correia

Equipe:

Anna Carolina Zapalowski Galvão

Bruno Silva Ferreira

Giuliana Rodrigues Vilela de Vasconcelos

Iasmin Silva de Barros

Jade Furtado Szwec Fernandes

Jhennyfer Pires

João Pedro Silva de Souza

Julia Eduarda Dias Vaz

Karolin Garcia Barros

Leonardo Mahmud Rigotto

Lillian Goncalves Araujo

Marcella Garritano Rodrigues Paiva

Marcio Eduardo Rodrigues Kuntz

Mariana Heinen Oliveira

Marina Sena Mendes

Randro Carvalho Marinho

Raquel Beutel

Sabrina de Sousa Dantas

Stefany de Oliveira Queiroz

Wallace Freitas Felizola Zucarino

Elaboração dos Textos:

Bruno Silva Ferreira

Jhennyfer Pires

João Pedro Silva de Souza

Karolin Garcia Barros

Leonardo Mahmud Rigotto

Lillian Goncalves Araujo

Marcella Garritano Rodrigues Paiva

Marcio Eduardo Rodrigues Kuntz

Marina Sena Mendes

Randro Carvalho Marinho

Raquel Beutel

Sabrina de Sousa Dantas

Stefany de Oliveira Queiroz

Wallace Freitas Felizola Zucarino

Diagramação:

Jhennyfer Pires

Marcella Garritano Rodrigues Paiva

Raquel Beutel

Coordenação e Supervisão:

Professora Sabrina Durigon Marques

Professora Ludmila de Araujo Correia

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha é resultado de um trabalho realizado entre dois projetos de extensão do UniCEUB, o eixo de Direito à Moradia, da Clínica de Direitos Humanos, da Faculdade de Direito, e o Morada de Luz, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas.

Tais projetos de extensão universitária, com atuação interdisciplinar, buscam promover o diálogo e a troca constante entre a universidade e a comunidade externa, possibilitando que os diferentes cotidianos se permeiem, de modo que envolvidos possam ir à “outra parte do mundo”, nos dizeres de Paulo Freire.

A prática integrada entre estudantes de Direito e de Arquitetura, ao promover ação voltada à garantia do direito à moradia, permite que as organizações sociais e movimentos populares, protagonistas de sua atuação, possam receber assessoria técnica qualificada de professoras e estudantes, ao mesmo tempo que estes qualificam suas práticas ao se deparar com desafios bem distintos daqueles apresentados em sala de aula.

Ao conhecer novas práticas a partir de experiências concretas de trabalhos, possibilita-se pensar em como superar os desafios inerentes a esta atividade, especialmente no que tange ao desenvolvimento dos estudantes, com transformações na proposta didático-pedagógica, contribuindo para a formação de profissionais qualificados para atuar nessa área. Concomitantemente, incentiva-se as práticas sociais transformadoras realizadas em conjunto com a sociedade, nesse caso, população de assentamentos espontâneos e movimentos sociais, de modo a ampliar a concretude do direito à moradia e à cidade.

Diante do contexto excepcional que nos impossibilita de ir a campo, em que o Brasil e o mundo vivem a pandemia causada pelo Covid-19, e da recomendação primordial da OMS para que as pessoas permaneçam em suas casas, o grupo se dispôs a pensar nas dificuldades que têm as pessoas que vivem em condições inadequadas em cumprir essa orientação.

Assim, a partir do que dispõe o Comentário Geral n. 4, do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, das Nações Unidas, o grupo elaborou a cartilha, que especifica didaticamente os elementos necessários para que se garanta uma moradia adequada. Esperamos subsidiar a comunidade acadêmica, bem como os assentamentos espontâneos do Distrito Federal – com os quais se pretende compartilhar este trabalho – na esperança de contribuir para a concretização do direito à moradia adequada.

Professora Sabrina Durigon Marques

Professora Ludmila de Araujo Correia

SUMÁRIO

05 INTRODUÇÃO

06 BRASÍLIA

09 HABITABILIDADE

11 LOCALIZAÇÃO

12 DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS

14 ACESSIBILIDADE

16 ECONOMICIDADE

17 SEGURANÇA DA POSSE

20 ADEQUAÇÃO CULTURAL

24 REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O princípio da dignidade da pessoa humana é um pilar para a concretização dos direitos humanos. Entre esses, o direito à moradia tem recebido cada vez mais atenção, no entanto, a precariedade em sua garantia ainda continua marcante na realidade brasileira.

O Brasil convive historicamente com a questão da moradia desde a Lei de Terras de 1850, que transformou a terra em mercadoria, de modo a restringir o acesso a ela, tornando sua aquisição possível somente por meio de compra. Nesse período, a abolição formal da escravidão não permitiu que a população negra garantisse sua moradia.

Assim, essas pessoas passaram a residir em morros ou cortiços das grandes cidades brasileiras, o que, posteriormente, deu origem à primeira grande crise habitacional, com as primeiras **favelas** do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ainda hoje esses espaços são ocupados por barracos, que eram e são construídos sem infraestrutura necessária, além de não haver adequado atendimento da administração pública para atender à oferta de saneamento básico, transporte, escolas ou hospitais para essas famílias.

QUAL ORIGEM DO TERMO **FAVELA**?

O termo remete a Guerra de Canudos, quando o povoado foi construído perto de um morro chamado favela, que é também o nome de uma planta da região. Quando os soldados voltaram para a capital (na época, 1897, era o Rio de Janeiro) eles deixaram de receber o salário e passaram a ocupar os morros cariocas. Pela semelhança do terreno, chamaram aquelas ocupações de favelas.



O direito humano à moradia digna, amplamente pautado em um padrão de vida adequado, foi reconhecido e implementado contemporaneamente com o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além de reafirmada por diversos tratados internacionais e por legislações próprias. No Brasil, o direito à moradia foi incorporado à Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 2000, no artigo 6º, que trata dos direitos sociais.

O Comentário Geral n. 4, do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, das Nações Unidas, estabeleceu sete requisitos como parâmetro para que se reconheça uma moradia adequada. São eles: habitabilidade, localização, disponibilidade de serviços, acessibilidade, economicidade, segurança da posse e adequação cultural. É sobre eles que a cartilha trata.

BRASÍLIA

Durante o período de 1956 a 1960, foi realizado o moderno e audacioso plano de construção da nova capital do Brasil, Brasília. A mudança da capital do litoral para o centro, já prevista na Constituição de 1891, tinha o objetivo de conectar os estados, permitindo uma maior facilidade em realizar fluxos econômicos e influência política.



Quando o Plano Piloto de Brasília foi construído, alguns núcleos residenciais já existiam, sendo esses, de fato, os primeiros moradores da nova capital. Além disso, muita gente veio de outros lugares do Brasil, especialmente do Nordeste, em busca de trabalho e melhores condições de vida, os denominados "candangos". Com a finalização das obras, muitos ficaram desempregados, e sem lugar para morar.

Na década de 1960, o Plano Piloto contava com ministérios, órgãos administrativos, escolas, igrejas e lugares para o lazer, no entanto, os pioneiros, já não tinham mais acesso a eles.

Para além do Plano Piloto, as regiões administrativas do Distrito Federal, também denominadas cidades satélites, acabaram sendo a alternativa viável para abrigar os pioneiros. Elas cresceram de forma rápida e espontânea, foram traçadas por tratores em torno de Brasília, de forma desordenada.

Esse movimento foi configurando o distanciamento socioespacial entre o Plano Piloto e as regiões administrativas, que se deu de forma gradual, intencional e segregacionista. Com a inauguração de Brasília, muitas pessoas, mais uma vez, migraram com o sonho de melhoria de vida e com grandes expectativas, para uma cidade onde oportunidades eram criadas a todo tempo. Outras, que já habitavam a cidade antes de sua inauguração, foram retiradas de locais centrais que viviam e obrigadas a morar nessas áreas periféricas.

Fatores marcantes dessa segregação podem ser percebidos pelo afastamento da população de menor poder aquisitivo para fora do Plano Piloto, e pelo crescimento e adensamento de regiões no entorno de Brasília. O descaso do Estado para com os cidadãos realocados é perceptível pelas condições em que esses novos "lares" eram entregues. Atualmente, já são 33 regiões administrativas, incluindo o Plano Piloto, que conformam o Distrito Federal.

Atualmente, a grande maioria da população do Distrito Federal vive com o ônus da negligência e do descaso do Estado em suprir condições básicas que garantem o direito à moradia para todos. Nesse sentido, há, na maioria das regiões administrativas, uma carência de boas condições de **localização, habitabilidade, acessibilidade, disponibilidade de serviços e de adequação cultural**, ou seja, muitos dos indivíduos não se sentem pertencentes às suas comunidades. Além disso, muitos de seus habitantes temem os constantes despejos, seja em razão da provisoriedade de seus lares, seja em razão do não reconhecimento de seu **direito de posse**.

Dessa forma, grande problemática que muitos brasilienses enfrentaram e enfrentam durante esses 60 anos é que, grande parte das regiões administrativas tornaram-se "cidades dormitório". Dada a péssima qualidade do transporte público e a distância entre a casa e o trabalho, esses indivíduos passam a maior parte de suas vidas se deslocando e trabalhando no Plano Piloto num constante movimento pendular.

Essa dinâmica afirma um distanciamento social, cultural, econômico e geográfico entre os residentes de Brasília e aqueles que a construíram, se estendendo aos seus descendentes e às demais pessoas de baixa renda. Nesse sentido, esse não-acesso à cidade ou acesso apenas para o trabalho, mostra como o direito à cidade ainda é limitado e restrito na capital. Além disso, a falta de estrutura nas regiões administrativas do DF que permitam que seus habitantes trabalhem, estudem, consumam, tenham lazer e gozem de uma moradia de qualidade, configura o também limitado e frágil direito à moradia na capital.



"Para Hundertwasser, o corpo humano é constituído por cinco peles, a partir das quais o indivíduo se cria por camadas partindo da sua derme para a terra, lugar onde vive, e as denomina da seguinte forma: A Epiderme, O Vestuário, **A Casa**, A Identidade Social e O Meio Global e Ecológico." (KOPPE, 2019)

HABITABILIDADE

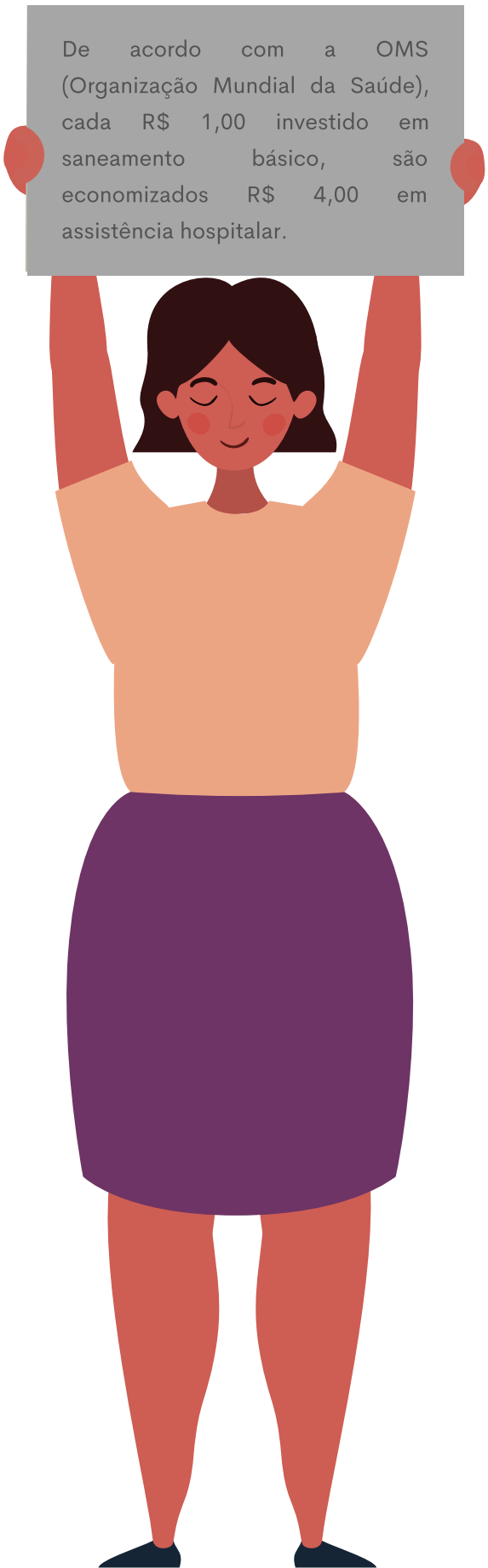
Quando se trata de uma moradia digna, a habitação deve ser mais que um abrigo: designa um ambiente com o qual as pessoas estão vinculadas emocionalmente. A casa representa um lugar de identidade, apego e pertencimento, abrangendo além da dimensão funcional, uma dimensão simbólica que traduz características físicas, sociais e psicológicas dos seus moradores.

Nessa perspectiva, a moradia deve garantir a execução das atividades diárias da família, como trabalho, lazer e momentos de sociabilidade. Ou seja, a habitação assegura, não só o conforto, a proteção e a saúde, mas também um ambiente saudável para as relações sociais de seus habitantes. Dessa forma, é possível afirmar que a moradia afeta seus moradores tanto no âmbito das suas necessidades físicas, quanto nas relações psicossociais.

Em adição às garantias já citadas, a privacidade no ambiente domiciliar, a capacidade de exercer funções domésticas básicas (como cozinhar, lavar, passar) e o sentimento de estar protegido dentro de casa, também são de extrema importância. Além disso, o conforto nesses momentos é essencial, tanto para a realização das atividades domésticas, quanto para o lazer e para os momentos de ócio. Diante disso, é importante ressaltar que esses indicadores demonstram não só a existência de uma moradia adequada, mas também a garantia de elementos básicos para a dignidade humana.



A **segurança física** representa uma barreira material capaz de proteger os moradores de fenômenos externos. Uma moradia deve possuir uma estrutura sólida e estável, de modo que consiga exercer plenamente sua função de abrigo, garantindo o bem estar dos ocupantes da habitação. Para tanto, é importante que haja um projeto de arquitetura, com supervisão técnica e o planejamento da construção, além da manutenção regular da edificação.



De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), cada R\$ 1,00 investido em saneamento básico, são economizados R\$ 4,00 em assistência hospitalar.

Por fim, a **infraestrutura urbana** também interfere na habitabilidade da moradia. De modo que a presença de saneamento básico engloba a distribuição de água potável, **esgotamento sanitário** e coleta de lixo. Essa infraestrutura básica está relacionada à salubridade dos espaços urbanos e sua ausência é diretamente sentida na saúde da população, podendo resultar na disseminação de doenças.



O QUE É ESGOTAMENTO SANITÁRIO?

Despejo líquido constituído de esgotos doméstico e industrial, água de infiltração e a contribuição pluvial parasitária que garante a coleta, transporte, tratamento e reúso.

NBR 9648 (ABNT, 1986)

LOCALIZAÇÃO

A fim de se alcançar a adequação do Direito de Moradia, é de suma importância a análise e a observação dos critérios relacionados à localização dessa habitação.

Para uma moradia adequada quanto à localização deve-se atentar para a presença de meios para a subsistência desses moradores, fatores como:

- oferta de emprego,
- transporte público eficiente,
- serviços de saúde,
- escolas,
- cultura,
- lazer.



Além de rede de comércio que propiciem abastecimento de produtos básicos como: farmácias, supermercados e correios são essenciais. Preservando locais dignos de destaque por sua segurança, limpeza e acesso a serviços básicos.

Para se garantir, por exemplo, o acesso à escolaridade e a uma educação de qualidade, há de se considerar as dificuldades de locomoção dos alunos de diferentes regiões do país. Quanto à moradia, não é estritamente necessário que a residência seja próxima às escolas, mas deve-se assegurar que a rede de transporte seja acessível à condição de vida da população local, capaz de suprir a demanda e cuja travessia possa ser realizada em tempo razoável, a fim de não acarretar em prejuízos para a formação educacional e profissional da população em questão.

Quanto à cultura, conforme pesquisa elaborada pelo Sistema de Informações e Indicadores Culturais em 2018 e divulgado pelo IBGE, cerca de 39,9% da população brasileira residia em municípios sem salas de cinema. A proporção se mantém quando nos referimos a museus, teatros etc. Alguns dos fatores evidenciados pelo pesquisador do IBGE Leonardo Athias quanto a essa problemática, além do preço do ingresso, são a distância física e a inexistência de transporte público para o acesso.

A **localização da moradia** se figura como fator decisivo na garantia de outros direitos fundamentais, dificuldades de locomoção podem privar alguns povos do acesso à saúde, à educação e até à cultura.



DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS

A disponibilidade de serviços é um dos requisitos obrigatórios para uma moradia adequada, conforme aponta o Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, sendo esse um dos critérios de maior urgência e importância. Pode ser compreendido como: a moradia precisa ter acesso a saneamento básico, redes de água, gás e energia elétrica. Suas proximidades precisam comportar escolas, creches, postos de saúde, parques, áreas de esporte e lazer, além de disponibilizar serviços de transporte público, limpeza e coleta de lixo.

Um relatório feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 mostra dados que comprovam a ausência de pelo menos um serviço básico (educação, moradia, proteção social, saneamento básico e internet) para 60% dos brasileiros, sendo o menos presente o saneamento básico – cerca de 37,6%.

É importante dimensionar as ausências de tais serviços para que se tenha a consciência de que só possuir uma casa não é o bastante para uma vida digna. Alguém pode ter um trabalho que lhe garanta uma casa e alimentação, mas sem acesso à escola para a educação dos filhos, o futuro da família está condicionado a permanecer na situação de miséria.

Pensando principalmente em sanar apenas a falta de casa física, mas não os serviços necessários aos seus ocupantes, é que muitas comunidades habitacionais financiadas pelo governo são construídas em locais distantes dos centros urbanos, dificultando o acesso dos moradores a infraestruturas básicas, geralmente porque os terrenos mais afastados dos centros são mais baratos.

São inúmeros os relatos de habitantes beneficiários de programas habitacionais que contam ter que andar quilômetros (por não existirem linhas de transporte público atuantes em suas comunidades) até o município vizinho para ter acesso a um hospital ou à creche dos filhos.



Essa distância geográfica que os separa dos centros de convivência urbanos, onde a maioria dos serviços estão concentrados, culmina na chamada **segregação urbana**. Ao beneficiar uma determinada região com a implementação de mais serviços o preço da terra no local sobe e se torna inacessível para aqueles de baixa renda, forçando-os a ocupar áreas com baixo investimento público, com déficit em equipamentos privados ou públicos, reforçando sua exclusão social.

É necessária a intervenção do Estado para aprimorar a oferta de serviços por meio de políticas públicas, exercendo a função de organizar socioeconomicamente o espaço urbano.

Dessa forma, será possível garantir não só uma moradia fixa, mas também uma vivência adequada, onde os moradores terão a segurança de saber que podem desfrutar de todos os serviços necessários para realizar o desenvolvimento adequado de suas habilidades.



ACESSIBILIDADE

A moradia deve ser adequada a todas as pessoas. Ser acessível às pessoas idosas, às crianças, pessoas com deficiências e à qualquer pessoa que tenha mobilidade reduzida ou alguma necessidade especial, incluídas em grupos prioritários. E, além da acessibilidade no âmbito da mobilidade, as moradias também devem atender às necessidades específicas de grupos vulneráveis, sendo ambos os grupos prioritários na contemplação das **POLÍTICAS PÚBLICAS**.

No Brasil, em 2002, foi criada a Lei de Acessibilidade n.º 10.098 que visa estabelecer normas e critérios para promover o acesso fácil tanto de pessoas com deficiência como de pessoas com mobilidade limitada e reduzida. Posteriormente, em 2009, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência passou a prever, por meio do Decreto n.º 6949 a proteção e o exercício pleno e distributivo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência.

Além das casas, as políticas públicas promovidas pelo Estado devem garantir também que os espaços públicos sejam acessíveis. A adequação de calçadas, vias, praças e edificações é essencial para a mobilidade e participação social de uma pessoa na cidade, com segurança e autonomia. A acessibilidade deve, portanto, estar presente no âmbito urbanístico e arquitetônico, nos transportes, meios de comunicação e no acesso à informações.

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

São medidas criadas pelos governos para garantir direitos, assistência ou prestação de serviços às pessoas, assegurando que os direitos garantidos por meio de leis sejam acessíveis à toda a população. As políticas públicas tendem a ter como objetivo a redução das desigualdades sociais, de modo que buscam priorizar as demandas dos grupos vulneráveis.



NUNCA SE ESQUEÇA: A **ACESSIBILIDADE É UM DIREITO**, NÃO UM FAVOR.

DENUNCIAR IRREGULARIDADES É UM ATO QUE REPRESENTA A BUSCA POR UMA SOCIEDADE HARMÔNICA E JUSTA.

QUAIS SÃO OS GRUPOS VULNERÁVEIS E PRIORITÁRIOS?

Com base na Lei nº 10.048, de 2015, documentos da Organização das Nações Unidas – ONU sobre moradia adequada e em documentos da Rede de Direitos Humanos os grupos prioritários e vulneráveis podem ser classificados em:

GRUPOS PRIORITÁRIOS

- idosos
- mulheres
- doentes imunossuprimidos
- pessoas com deficiências



GRUPOS VULNERÁVEIS

- crianças- adolescentes
- grupos LGBT
- povos tradicionais
- povos afrodescendentes
- pessoas em situação de rua
- vítimas de desastres naturais



QUAIS AS LEIS/NORMAS DE ACESSIBILIDADE QUE TEMOS?

- Lei nº 10.098:2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Nº 5296:2004 – Regulamenta as Leis nºs 10.048 e 10.098;
- Decreto nº 6949:2009 – Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência visando a liberdade de todos;
- Lei nº 10.048:2015 – Especifica pessoas do grupo prioritário;
- Lei nº 13.146:2015 – Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Estatuto da pessoa com deficiência) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;
- NBR 9050:2015 Norma de acessibilidade – com foco na acessibilidade em um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações.

ITENS IMPRESCINDÍVEIS EM MORADIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS ACESSÍVEIS

Para garantir a acessibilidade, os espaços devem promover um desenho universal, que atenda aos usuários em suas diferentes necessidades com segurança e autonomia. Alguns cuidados que podemos ter para tal, são:

- passagem sem obstáculos;
- piso seguro;
- sinalizações adaptadas à vários tipos de necessidades: visuais, auditivas e/ou de mobilidade;
- cômodos com dimensões adequadas;
- largura e abertura de portas com no mínimo 80 cm;
- altura de pias e louças adequada;
- desníveis suavizados.



ECONOMICIDADE

Dentre os critérios indispensáveis apontados pelo Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU a respeito do direito à moradia adequada, está a economicidade, que pode ser entendida por: a moradia só é adequada se o custo de mantê-la não ameaça e nem compromete o exercício de outros direitos humanos de seus ocupantes. Ou seja, o custo com a aquisição da casa não pode prejudicar a renda familiar em outros setores. Se, para manter sua casa, alguém precisa decidir entre pagar o aluguel ou as demais contas, então é uma moradia inadequada segundo os requisitos estabelecidos pela ONU.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que, em 2013, 25,7% das famílias que moram em casas alugadas e 5,2% das que vivem em domicílios urbanos comprometeram ao menos 30%, ou até mais, de sua renda com o aluguel, quando o ideal é que se use, no máximo, 20% da renda total. Em geral isso acontece porque o valor do aluguel sobe com o aumento do valor dos imóveis, desconsiderando a renda das famílias, e tornando o custo desproporcional às famílias de baixa renda.

Como boa parte da renda vai para apenas a moradia em si, outros serviços e necessidades podem não ser supridos ao mesmo tempo. Muitas vezes, os ocupantes têm sua luz e/ou água cortadas, e podem ficar sem condições de pagar comida ou elementos básicos de higiene, por exemplo. Quando torna-se impossível manter esse estilo de vida, muitas dessas famílias acabam recorrendo a construir barracos irregulares em ocupações, criando esperanças de que ali possam finalmente viver em condições melhores, ao invés de sobreviver.

Existem várias medidas que podem ser utilizadas tanto para melhor aprimoramento e estruturação da casa quanto para, principalmente, a redução de gastos com ela. São alguns deles:

- Vaso sanitário com fluxo duplo: ajuda na redução do consumo de água, cerca de 15,6% do uso total;
- Captação de água da chuva: potencial redução do consumo de água, sendo geralmente de baixo custo de implementação;
- Painéis fotovoltaicos: redução de cerca de 92% do uso de energia elétrica, embora tenha um alto custo de implementação. Algumas pesquisas asseguram que o tempo de retorno – o payback – é relativamente curto e que vale totalmente o investimento com o passar dos anos;
- Sistema de aquecimento solar: potencial redução de energia em cerca de 17% (é uma medida obrigatória em edificações do Programa Minha Casa, Minha Vida desde 2011).

SEGURANÇA DA POSSE

O Estatuto da Cidade e a Medida Provisória nº 2.200/2001 preveem a proteção da posse por meio do reconhecimento destas áreas por usucapião de áreas privadas ou pela concessão de uso de áreas públicas. A CUEM – Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, garante a segurança da posse em áreas com **ocupação consolidada**. A aplicação desses instrumentos garante a segurança da posse e põe fim ao risco de despejos dos moradores dos assentamentos informais. Segundo a ONU, a segurança da posse deve ser compreendida em quatro aspectos:

Ocupação consolidada se caracteriza como aquela de difícil reversão, considerando o tempo de ocupação, as características da edificação, a presença de equipamentos públicos, entre outros



- proteção legal contra despejo forçado, assédio e outras ameaças;
- reconhecimento legal pelas autoridades e agentes privados, do direito viver em um lugar seguro em condições de paz e dignidade; apoio das autoridades e acesso equitativo a todos serviços públicos e sua disponibilidade;
- justiciabilidade; a capacidade de exigir legalmente a segurança da posse; com assistência jurídica;
- qualquer outro aspecto necessário como medida capaz de facilitar o gozo de outros elementos do direito à moradia adequada em pé igualdade com todos os cidadãos

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A regularização fundiária é o processo de transformação de moradias informais em moradias legalizadas, com registro no cartório de registro de imóveis, adequação à infraestrutura elementar e implementação de serviços públicos básicos no entorno do assentamento, melhorando a qualidade de vida de quem vive na localidade. Compete aos Municípios implantarem planos de regularização fundiária plena, ou seja, com objetivo do reconhecimento da segurança individual da posse para os moradores, assim como a inclusão socioespacial dos assentamentos informais.

A Constituição Federal conferiu competência comum à União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios para garantia do Direito Social à Moradia, de modo a realizar promoção de programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais e de saneamento (art. 23, IX). Portanto, para garantia deste direito, é necessária a elaboração de políticas públicas sólidas, como modo de amenizar as históricas diferenças sociais no país.



Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), são áreas demarcadas no território de uma cidade, para assentamentos habitacionais de população de baixa renda (reconhecimento dos já existentes ou para criação de novos).



Os instrumentos de regularização fundiária que possibilitam o reconhecimento do direito de posse aos ocupantes de assentamentos informais consolidados, mesmo sem o reconhecimento formal do direito individual de propriedade, são a concessão de direito real de uso, a concessão de uso especial para fins de moradia em áreas públicas, e a legitimação de posse. O Estatuto da Cidade (2001) permite a utilização dos instrumentos urbanísticos coletivamente, como a demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social (**ZEIS**) como um instrumento de política urbana previsto no Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 2001. A ZEIS é uma parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

LEGITIMAÇÃO DE POSSE

A legitimação de posse é um instrumento urbanístico que, por meio de ato do poder público, é capaz de conferir título aos ocupantes. Por meio deste instrumento será identificada e reconhecida a posse de imóvel, a consequente identificação dos ocupantes e viabilizada a emissão de título em nome do morador, que pode ser convertido em direito real de propriedade, com o respectivo registro no cartório de registro de imóveis.



CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

A concessão de direito real de uso é regulamentada pelo decreto lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Ela pode ser reconhecida em áreas públicas e privadas, de forma gratuita ou onerosa, por tempo certo ou indeterminado, sua transferência pode ocorrer por ato inter vivos ou por sucessão e sua utilização deve se restringir ao quanto previsto em lei.

QUEM - CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

A concessão de uso especial para fins de moradia está prevista na Medida Provisória n. 2.220, de 2001, e somente pode ser reconhecida de forma gratuita e sobre áreas públicas. No pedido de concessão o interessado deve provar que se enquadra nos requisitos legais. Inclui possuir o imóvel por, no mínimo 5 anos, comprovados até 22 de dezembro de 2016, sem que tenha havido oposição. O imóvel público deve estar situado em área com características urbanas, e deve ser utilizado para sua moradia ou de sua família, e, por fim, o morador não pode ser proprietário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural. Com o registro da concessão em cartório, tornar-se-á um direito real, **oponível a terceiros**, com garantia da segurança da posse.



ADEQUAÇÃO CULTURAL

O entendimento das características sócio-culturais da comunidade é um parâmetro definidor para a adequação dos equipamentos públicos e da moradia às realidades específicas. Essa adequação gera, por conseguinte, a reafirmação da identidade daquela população e a criação de um sentimento de pertencimento, que corrobora para o cuidado com o patrimônio público, e, portanto coletivo, além de interferir na segurança dos espaços. Esse componente do direito a moradia é um fator determinante para o bem estar dos moradores.

A adequação cultural deve ser pensada desde a etapa do **projeto arquitetônico e urbanístico**, em que se desenham e definem as características da casa ou do espaço público – seja um espaço a ser construído ou qualificado. O diagnóstico dos espaços e da realidade sociocultural da comunidade a ser atendida será determinante para o adequado atendimento a esse requisito, desde a escolha do material até a forma de uso e ocupação do espaço.

Além disso, a Avaliação Pós-Ocupação (APO) pode ser um ótimo instrumento, a ser utilizado após a implementação de um projeto habitacional. A APO traz parâmetros de análise, referências, que não só nos contam sobre qualidade da construção mas também sobre a qualidade de vida das pessoas que moram e ocupam aquele espaço. O que vai além de questões técnicas – a abordagem é voltada ao morador: **como aquela pessoa se sente naquele ambiente?**



A adequação cultural pode ser percebida em diversas dimensões. A diversidade, a cidadania, a coletividade e a participação são algumas delas.

DIVERSIDADE

O compromisso com a preservação do patrimônio imaterial e o respeito ao diferente devem contemplar as diversidades de gênero, raça, faixa etária, origem, classe social. A cultura se apresenta, nesta dimensão, como instrumento de fomento à educação social e ao respeito mútuo.



As políticas nessa esfera devem ter em suas ações uma trajetória que reafirme a garantia de direitos, sem que sejam excludentes com determinados grupos. Deve-se estar atento para que sua orientação não seja pela reafirmação da segregação sócio-espacial, que se refere à periferização ou marginalização pessoas ou grupos sociais por fatores sociais, raciais, culturais, históricos e econômicos nas cidades.

CIDADANIA

O urbanismo tático é um recurso que utiliza a construção coletiva, aplicada a uma microescala dentro do tecido urbano, para criar intervenções pontuais, contando ou não com o auxílio governamental. A construção da cidadania é feita por meio de um processo.

A reapropriação do espaço urbano pela comunidade por meio de interações sociais horizontais deve ter como protagonistas os moradores locais, possibilitando uma autogestão do espaço. Dessa forma o espraiamento é, de certa forma, substituído pela amabilidade urbana que contempla: ocupação, pertencimento e valorização dos espaços, assegurando assim o direito à cidade a partir do micro: a moradia.



O comportamento humano pode sofrer interferência do espaço social, como resultado da territorialidade, da aglomeração e da apropriação do espaço. O ambiente urbano específico, em micro escala, cria um círculo crescente de pertencimento com o local onde se mora, da residência a cidade.

COLETIVIDADE

A ativação da coletividade busca envolver mais pessoas na solução dos problemas da comunidade, reforçando a ideia da adequação cultural: as relações entre local, nacional e global são construídas a partir do conhecimento popular. A noção de replicabilidade hegemônica vai de encontro com a territorialização das ações, para uma construção mais sustentável dos espaços públicos. As cidades seriam menos massificadas e mais diversificadas se houvessem adequações culturais no espaço, tanto no âmbito da moradia, quanto dos espaços públicos.



Segundo Nelson Saule Jr.: "A expressão da identidade e da diversidade cultural da moradia deve ser apropriadamente assegurada na maneira como são construídas as moradias, nos materiais de construção usados e nas políticas em que se apoiam. As atividades vinculadas ao desenvolvimento ou modernização na esfera da moradia devem assegurar que suas dimensões culturais não sejam sacrificadas e que se assegurem os serviços tecnológicos modernos, entre outros."

PARTICIPAÇÃO

A participação popular por si só é um processo de aprendizado, de geração do valor público daquele espaço, do desenvolvimento pessoal e coletivo daquela comunidade. Um processo democrático dá voz a todas as pessoas.

Além dos instrumentos formais de participação amplamente previstos em lei, a participação popular pode ocorrer também de outras formas. Pode ser um meio de projetar e trabalhar casa, saberes e coletivos, visando à organização e mobilização política. Leva-se também em consideração as tipologias arquitetônicas, urbanísticas e territoriais diversas, a adequação às características do lugar e ainda o diálogo com as tipologias e o tecido urbano do entorno.



"Para cada indivíduo desenvolver suas capacidades e até se integrar socialmente, é fundamental possuir morada, já que se trata de questão relacionada a própria sobrevivência." (FREITAS, 2014)

A moradia digna é um direito de TODOS.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO J. F.; BRITO J. C. M. F.; GÓMEZ I.; PAJARES E.; PAREDES F.; ZÚÑIGA Y. Direitos Humanos dos Grupos Vulneráveis. Rede Direitos Humanos e Educação Superior. Brasil, 2014.

BEZERRA, Juliana. A Construção de Brasília. Toda Matéria, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://bitly.com/0r1S5>. Acesso em: 21 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <https://bitly.com/vwWN4>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Disponível: <https://bitly.com/t9GgR>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Disponível em: <https://bitly.com/WJ1TD>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à moradia adequada. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

COELHO, Bruna. Inclusão é direito: as principais leis de acessibilidade no Brasil. Hand Talk. Disponível em: <https://bitly.com/Alnq2>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CONVENÇÃO DA ONU SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Fundação Dorina Nowill para Cegos. Disponível em: <https://bitly.com/qhtPQ>. Acesso em: 25 mai. 2020.

DE ANDRADE, Joaquim Pedro. Brasília: contradições de uma cidade nova. 1967. (22m45s). Disponível em: <https://bitly.com/6NRHm>. Acesso em: 1 jun. 2020.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL. UNESCO. Disponível em: <https://bitly.com/sQbGt>. Acesso em: 2 jun. 2020.

DIRETRIZES PARA A SEGURANÇA DE POSSE DOS POBRES URBANOS. ONU. Disponível em: <https://bitly.com/PCrd7>. Acesso em: 5 jun. 2020.

FRAGA, Érica; VETTORAZZO, Lucas. Falta ao menos um serviço básico para 60% dos brasileiros, segundo IBGE. Folha de São Paulo, São Paulo, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://bitly.com/qGwuF>. Acesso em: 13 jun. 2020.

FREITAS, Hélber. Direitos sociais: direito à moradia. Jusbrasil, 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/7tWwb>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

GASPERIN, Sabine Tams. Segurança da Posse: Elemento Essencial À Efetivação Plena do Direito Fundamental à Moradia. Revista Eletrônica do Curso de Direito, 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/TL81C>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GONÇALVES, Fabiana. Direitos sociais: direito à moradia. Âmbito Jurídico, 01, mar. 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/SupRz>>. Acesso em: 29, mai. 2020.

KOPPE, Vanessa. Slow fashion e a teoria das cinco peles de Hundertwasser no desenvolvimento de uma plataforma virtual de tendências. Florianópolis, 13 nov. 2019. Acesso em: 7 jun. 2020.

LENZI, Tié. Políticas públicas: O que são políticas públicas?. Significados, 20 dez. 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/s9Zl7>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

LIMA, Juliana; FALCÃO, Guilherme; QUADROS, Thiago; FERNÁNDEZ, Sariana. BRASÍLIA, 60: da utopia moderna aos desafios da realidade brasileira. Nexo Jornal, Brasília, 21 abr. 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/ToMqf>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

MARQUES, Sabrina Durigon. Direito à moradia. 1a Edição. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015.

MARRARA, Thiago. Concessão De Uso Especial Para Fins De Moradia (CUEM): O que mudou em seu regime jurídico desde a Constituição de 1988 até a Lei N. 13.465 de 2017?. Revista de Direito da Cidade. Disponível em: <<https://bityli.com/t4MdK>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Melo da Silva de. Habitabilidade e subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 21 jun. 2013. Acesso em: 7 jun. 2020.

OLIVEIRA, Daniele Haffner Marques de; MIRA, Michelle Pereira. Estudo da importância do saneamento básico na saúde pública. 2019. EOS consultores. Disponível em: <<https://bityli.com/3XnAs>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

"O QUE É DIREITO À MORADIA?". Direito à Moradia, São Paulo, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://bityli.com/2y1Rh>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PAÍS TEM QUASE 40% DA POPULAÇÃO EM MUNICÍPIOS SEM SALAS DE CINEMA. Agência de Notícias IBGE, 5 dez. 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/VQBDu>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PARADELLA, Rodrigo. Acesso a serviços urbanos não acompanha avanço de políticas públicas de moradia, 26 nov. 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/ZYXqc>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PINHEIRO, J. Q.. Psicologia ambiental brasileira no início do século XXI: sustentável? In O. H. Yamamoto, & V. V. Gouveia (Orgs.). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ago. 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/XYlzf>>. Acesso em: 11 de jun. 2020

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO À CIDADE : Programa interdisciplinar de formação de agentes sociais / Organização. Orlando Alves dos Santos Junior ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Letra Capital, 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/YXSlu>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

RAMALHOSO, Wellington. Pagar o aluguel ou a comida?: mulheres contam as dificuldades que as levaram a viver em ocupações no extremo leste de sp. Mulheres contam as dificuldades que as levaram a viver em ocupações no extremo leste de SP. UOL Notícias, São Paulo, 17 mai. 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/5f8lX>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

REIS, Reisson. A evolução histórico-jurídica do acesso à moradia no Brasil independente. Jus, jun. 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/NBnsy>>. Acesso em: 29, mai. 2020.

RODRIGUES, Gizella. Nascidas com Brasília: senhoras e senhores, com vocês...as satélites. Agência Brasília, Brasília, 31 out. 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/6me05>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

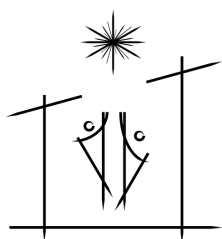
RODRIGUES, Gizella. Os desafios do planejamento urbano: regularizar terras e combater déficit habitacional. Agência Brasília, Brasília, 15 jul. 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/odZrO>>. Acesso em: 1 jul. 2020.

SCONETTO, Raphaella. Problemas na habitação do DF vão desde o déficit de moradias. Jornal de Brasília, Brasília, 3 dez. 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/RRWkq>> . Acesso em: 1 jul. 2020.

SAULE JUNIOR, Nelson. A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares, C. São Paulo, 2004.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e Cidadania: Reflexões sobre o Direito à Cidade. Lua Nova. 2012, n.87, pp.139-165.

UM QUARTO DAS FAMÍLIAS COMPROMETE MAIS DE 30% DA RENDA COM O ALUGUEL. Diário do Nordeste, 17 dez. 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/iHanx>>. Acesso em: 13 jun. 2020.



MORADA DE LUZ

**CLÍNICA DE DIREITOS
HUMANOS**


UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR